



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO
Estado de Minas Gerais

Mensagem nº 03/2017

Sarzedo, 14 de Março de 2017.

Senhor Presidente,

No âmbito de medidas para incremento das receitas em busca do equilíbrio fiscal cumpre o administrador, por suas ações, o preceituado no art. 11 da LC 101/2000 – LRF.

Dentre as medidas as que já foram consideradas quando da elaboração do orçamento, nos termos do art. 14, I da mesma lei complementar 101/2000.

Assim nesse plano a isenção de juros e multa sobre imposto territorial e predial urbano dos exercícios de 2016 e anteriores não afeta a meta de resultado fiscal.

Também a medida acolhimento na realidade que paira sobre os contribuintes, dado a crise nacional que abate sobre a economia, e torna difícil a resposta por parte de contribuintes.

A isenção é somente para tributos em atraso relativo a IPTU, e, o prazo para seu utilizar é até 30 de Junho de 2017.

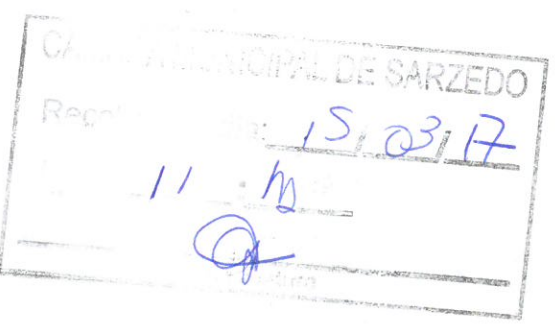
Assim abre-se para os contribuintes em atraso NOVA OPORTUNIDADE para ficarem em dia com suas obrigações para com o MUNICÍPIO.

Reafirmo a V.Sa. votos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Marcelo Pinheiro do Amaral
Prefeito Municipal

Sr. Marco Antônio de Almeida.
Vereador Presidente da Câmara de Vereadores.
Sarzedo/MG.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

PROJETO DE LEI Nº 06/2017

DISPÕE SOBRE ISENÇÃO DE JUROS E MULTA SOBRE IPTU EM ATRASO, E DÁ PROVIDÊNCIAS

O Sr. Prefeito do Município de Sarzedo:

FAÇO SABER que a Câmara de Vereadores APROVA e EU sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU relativo ao exercício de 2016 e de exercícios anteriores, em atraso, poderá ser quitado até 30 de Junho de 2017 com isenção de juros e multa.

Art. 2º. O pagamento poderá ser dividido em até 03 (três) parcelas, desde que a última seja quitada até 30 de junho de 2017.

Art. 3º - Se o pagamento for em 03 (três) parcelas, o contribuinte firmará termo de parcelamento de dívida, com a administração no qual constará:

- a) identificação do contribuinte (nome, profissão, estado civil, CPF, CI, residência);
- b) o valor total do tributo em atraso, sua natureza e exercício;
- c) o valor líquido a pagar ;
- d) o número de parcelas: máximo de 3;
- e) o valor de cada parcela e a data de vencimento;
- f) a declaração do contribuinte de reconhecimento da dívida e da ciência que, não quitada qualquer parcela, o débito será exigível por inteiro.
- g) data e assinaturas: do Secretário da Fazenda, e, do Contribuinte.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

Parágrafo único. Se não quitado o débito até a data de 30 de Junho de 2017 retorna a incidir sobre todo o período juros e multa.

Art. 4º - O valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 141,36 (cento e quarenta e um reais e trinta e seis centavos) que corresponde a 50% (cinquenta por cento) da UPFS.

Art. 5º - Fica a cargo da Secretaria da Fazenda medidas necessárias para divulgação, atendimento de contribuintes, expedição de guias, que objetivem integral cumprimento desta lei.

Parágrafo único. Em caso motivado poderá o Secretario de Fazenda prorrogar a data de vencimento das parcelas em até quinze dias.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se disposições em contrário.


Marcelo Pinheiro do Amaral
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

ANEXO I AO PROJETO DE LEI Nº. ____/2017

DECLARAÇÃO

(ART. 14, INCISO I, DA LC 101/2001)

DECLARO, sob as penas da lei, para fins do art. 14, inciso I, da LC 101/2001, que o volume de recursos - objeto da isenção - da Lei que **DISPÕE SOBRE ISENÇÃO DE JUROS E MULTA RELATIVO A IPTU EM ATRASO, E DÁ PROVIDÊNCIAS** não foi considerado na estimativa de receita. Decorre daí que não há afetação de qualquer meta de resultado fiscal.

O referido é verdade.

Sarzedo, 14 de Março de 2017.

MARCELO PINHEIRO DO AMARAL

conf
Prefeito

EUSTAQUIO JOSÉ DA SILVA

Secretário Municipal de Fazenda



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO
Estado de Minas Gerais

Ofício n.º. 79 / 2017

Sarzedo, 20 de abril de 2017.

Sr. Presidente,

Solicito procedimento de correção de erro material de digitação no Art. 2º da proposição 06/2017, para passar a constar no texto “31 de julho de 2017” em vez “30 de junho de 2017”.

Solicitamos pois que V.Exa. anexe esse ofício (com os anexos) à pasta de tramitação legislativa que resultou na tramitação e aprovação da proposição 06/2017.

Renovo a V.Exa. os votos de estima e respeito.

Atenciosamente,


Marcelo Pinheiro do Amaral

Prefeito Municipal



End. R. Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199, Centro,
Sarzedo – Minas Gerais
CNPJ: 02.306.182/0001-59 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577/8000
E-mail: camarasarzedo@yahoo.com.br
www.camarasarzedo.mg.gov.br

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SOBRE O PROJETO DE LEI N.º 06/2017

O presente parecer tem por objeto o Projeto de Lei n.º 06/2017, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a isenção de juros e multa sobre o IPTU em atraso e dá outras providências.

A prefeitura enviou-nos o Ofício de n.º 79/2017 requerendo a correção de erro material no referido Projeto de Lei.

Constata-se que a medida está de acordo com Constituição da República e com a legislação pertinente, estando ainda em obediência aos ditames do Decreto Lei 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), estando, desta forma, em condições de ser aprovado no que diz respeito aos aspectos que cumpre a esta Comissão analisar.

Assim sendo, não havendo óbices, manifestamo-nos favoravelmente à correção de erro material presente no Projeto de lei n.º 06, de 2017.

É o nosso parecer.

Sala de comissões, 20 de abril de 2017.


EDMILSON MIGUEL JÚLIO

Presidente da CCJ


ANDERSON CARLOS DE SOUZA

Relator da CCJ


ANTÔNIO TEIXEIRA DOS SANTOS DINIZ

Membro da CCJ


ELIEL AGUIAR BAETA FERNANDES

Procurador da Câmara

OAB/MG 135.248



End. R. Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199, Centro,
Sarzedo - Minas Gerais
CNPJ: 02.306.182/0001-59 - CEP 32450-000

Tel.: (031) 3577-8000
E-mail: camarasarzedo@yahoo.com.br
www.camarasarzedo.mg.gov.br

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SOBRE O PROJETO DE LEI N.º 06/2017

O presente parecer tem por objeto o Projeto de Lei n.º 06/2017, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a isenção de juros e multa sobre o IPTU em atraso e dá outras providências.

Em continuidade ao processo legislativo, foi a proposição encaminhada a esta Comissão de Constituição e Justiça, para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do disposto pelo artigo 107, inciso I, do Regimento Interno.

Constata-se que a medida está de acordo com Constituição da República e com a legislação pertinente, estando ainda em obediência aos ditames dos artigos 189 e 190, do Regimento Interno, estando, desta forma, em condições de ser aprovado no que diz respeito aos aspectos que cumpre a esta Comissão analisar.

Assim sendo, não havendo óbices, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de lei n.º 06, de 2017.

É o nosso parecer.

Sala de comissões, 17 de abril de 2017.


EDMILSON MIGUEL JÚLIO
Presidente da CCJ


ANDERSON CARLOS DE SOUZA
Relator da CCJ


ANTÔNIO TEIXEIRA DOS SANTOS DINIZ
Membro da CCJ

PROPOSIÇÃO DE LEI 03/2017

**“DISPÕE SOBRE ISENÇÃO DE JUROS E
MULTA SOBRE IPTU EM ATRASO, E DÁ
PROVIDÊNCIAS”.**

O Sr. Prefeito do Município de Sarzedo:

FAÇO SABER que a Câmara de Vereadores APROVA e EU sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - O Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU relativo ao exercício de 2016 e de exercícios anteriores, em atraso, poderá ser quitado até 31 de Julho de 2017 com isenção de juros e multa.

Art. 2º - O pagamento poderá ser dividido em até 03 (três) parcelas, desde que a última seja quitada até 31 de julho de 2017.

Art. 3º - Se o pagamento for em 03 (três) parcelas, o contribuinte firmará termo de parcelamento de dívida, com a administração no qual constará:

- a) Identificação do contribuinte (nome, profissão, estado civil, CPF, CI, residência);
- b) o valor total do tributo em atraso, sua natureza e exercício;
- c) o valor líquido a pagar ;
- d) o número de parcelas: máximo de 3;
- e) o valor de cada parcela e a data de vencimento;
- f) a declaração do contribuinte de reconhecimento da dívida e da ciência que, não quitada qualquer parcela, o débito será exigível por inteiro.
- g) data e assinaturas: do Secretário da Fazenda, e, do Contribuinte.



Rua Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199 - Centro
Sarzedo - Minas Gerais
CNPJ: 02.306.182/0001-59 / CEP 32450-000
Telefax: (31) 3577.7335
www.camarasarzedo.mg.gov.br
camarasarzedo@yahoo.com.br

Parágrafo único. Se não quitado o débito até a data de 31 de Julho de 2017 retorna a incidir sobre todo o período juros e multa.

Art. 4º - O valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 141,36 (cento e quarenta e um reais e trinta e seis centavos) que corresponde a 50% (cinquenta por cento) da UPFS.

Art. 5º - Fica a cargo da Secretaria da Fazenda medidas necessárias para divulgação, atendimento de contribuintes, expedição de guias, que objetivem integral cumprimento desta lei.


Parágrafo único. Em caso motivado poderá o Secretario de Fazenda prorrogar a data de vencimento das parcelas em até quinze dias.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se disposições em contrário.

Sarzedo, em 20 de abril de 2017.


Marcos Antônio de Almeida
Vereador Presidente


Anderson Carlos de Souza
Vereador Vice-Presidente


Antônio Lucena Alves
Vereador Secretário



Rua Professora Efigênia Mendonça Pinheiro, 199 - Centro
Sarzedo - Minas Gerais
CNPJ: 02.306.182/0001-59 / CEP 32450-000

Telefax: (31) 3577.7335
www.camarasarzedo.mg.gov.br
camarasarzedo@yahoo.com.br

ANEXO I A PROPOSIÇÃO DE LEI 03/2017

DECLARAÇÃO

(ART. 14, INCISO I, DA LC 101/2001)

DECLARO, sob as penas da lei, para fins do art. 14, inciso I, da LC 101/2001, que o volume de recursos - objeto da isenção - da Lei que **DISPÕE SOBRE ISENÇÃO DE JUROS E MULTA RELATIVO A IPTU EM ATRASO, E DÁ PROVIDÊNCIAS** não foi considerado na estimativa de receita. Decorre daí que não há afetação de qualquer meta de resultado fiscal.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO
Estado de Minas Gerais

LEI 705/2017

**“DISPÕE SOBRE ISENÇÃO DE JUROS E
MULTA SOBRE IPTU EM ATRASO, E DÁ
PROVIDÊNCIAS”.**

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu, em nome do povo, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - O Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU relativo ao exercício de 2016 e de exercícios anteriores, em atraso, poderá ser quitado até 31 de Julho de 2017 com isenção de juros e multa.

Art. 2º. O pagamento poderá ser dividido em até 03 (três) parcelas, desde que a última seja quitada até 31 de julho de 2017.

Art. 3º - Se o pagamento for em 03 (três) parcelas, o contribuinte firmará termo de parcelamento de dívida, com a administração no qual constará:

- a) Identificação do contribuinte (nome, profissão, estado civil, CPF, CI, residência);
- b) o valor total do tributo em atraso, sua natureza e exercício;
- c) o valor líquido a pagar ;
- d) o número de parcelas: máximo de 3;
- e) o valor de cada parcela e a data de vencimento;
- f) a declaração do contribuinte de reconhecimento da dívida e da ciência que, não quitada qualquer parcela, o débito será exigível por inteiro.
- g) data e assinaturas: do Secretário da Fazenda, e, do Contribuinte.

Parágrafo único. Se não quitado o débito até a data de 31 de Julho de 2017 retorna a incidir sobre todo o período juros e multa.

Art. 4º - O valor de cada parcela não poderá ser inferior a **R\$ 141,36** (cento e quarenta e um reais e trinta e seis centavos) que corresponde a 50% (cinquenta por cento) da UPFS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

Art. 5º - Fica a cargo da Secretaria da Fazenda medidas necessárias para divulgação, atendimento de contribuintes, expedição de guias, que objetivem integral cumprimento desta Lei.

Parágrafo único. Em caso motivado poderá o Secretário de Fazenda prorrogar a data de vencimento das parcelas em até quinze dias.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se disposições em contrário.

Sarzedo, 24 de Abril de 2017.


Marcelo Pinheiro do Amaral
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO

Estado de Minas Gerais

ANEXO I - LEI 705/2017

DECLARAÇÃO

(ART. 14, INCISO I, DA LC 101/2001)

D E C L A R O, sob as penas da lei, para fins do art. 14, inciso I, da LC 101/2001, que o volume de recursos - objeto da isenção - da Lei que **DISPÕE SOBRE ISENÇÃO DE JUROS E MULTA RELATIVO A IPTU EM ATRASO, E DÁ PROVIDÊNCIAS** não foi considerado na estimativa de receita. Decorre daí que não há afetação de qualquer meta de resultado fiscal.

Sarzedo, 24 de Abril de 2017.

MARCELO PINHEIRO DO AMARAL

Marcelo Pinheiro do Amaral
Prefeito Municipal